PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2023

Emenda nº _____

1) Dê-se a seguinte redação à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023:

“Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos agentes públicos.”

2) Sem prejuízo das demais alterações propostas pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, dê-se a seguinte redação ao § 8º do art. 39 da Constituição Federal e acrescente-se o seguinte § 10 a esse artigo:

“**Art. 39.**

.....

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º, observado os §§ 10 e 11.

.....

§ 10. Os servidores públicos efetivos fazem jus a parcela mensal de valorização por tempo de exercício, não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI, calculada na razão de cinco por cento da respectiva remuneração ou subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício, até o máximo de trinta e cinco por cento.

§ 11. O pagamento da parcela de que trata o § 10 será condicionado, em cada exercício, à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira do respectivo Poder ou órgão independente.”

3) Dê-se a seguinte redação aos artigos 2º e 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023:

“**Art. 2º** É assegurada a contagem do tempo de exercício anterior à data da publicação desta Emenda Constitucional para fins de cálculo da parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos agentes públicos.”

“**Art. 3º** Aplica-se o disposto nesta Emenda Constitucional aos agentes públicos aposentados que têm direito a paridade de proventos com os congêneres em atividade, na forma dos arts. 3º, 4º, § 7º, I, e 20, § 3º, I, da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, bem como aos seus pensionistas abrangidos pelo art. 3º, § 1º, dessa mesma Emenda Constitucional cuja pensão foi concedida na mesma condição.”

JUSTIFICAÇÃO

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 10, de 2023, pretende conceder aos magistrados e membros do Ministério Público parcela mensal de valorização por tempo de exercício, nos termos nela previstos.

É louvável o objetivo de criar mecanismo de recompensa àqueles que, com dedicação e profissionalismo, defendem o interesse público. Não obstante, entendemos que limitar a previsão a apenas uma parcela dos agentes públicos representa irremediável ofensa ao princípio da isonomia, cláusula pétrea da Constituição Federal.

Vale destacar que as questões que a PEC visa a corrigir não são exclusivos da magistratura e do Ministério Público, mas atingem todas as carreiras públicas.

Busca-se, assim, assegurar a todos os agentes públicos tratamento isonômico quanto à remuneração, homenageando o princípio da igualdade e mantendo o posicionamento igualitário das diversas categorias do serviço público.

Não obstante, tendo em vista as limitações orçamentárias e financeiras do momento atual, previmos que o pagamento da parcela aos servidores públicos efetivos dependerá da disponibilidade anual do órgão ou Poder.

Ante o exposto, convidamos os nobres Pares a votar a favor da presente emenda.

Sala das Sessões,